

## **Centros Coloniais, Patrimônio histórico e Autenticidade:**

### **Análise da reconstrução do Casarão do Hotel Pilão – Ouro Preto MG**

Profa. Esp. Mariana Madureira<sup>7</sup>

#### **Resumo:**

Em 2003 um incêndio gerou uma lacuna urbana em um dos centros coloniais mais tradicionais do país, a Praça Tiradentes em Ouro Preto. Uma decisão polêmica foi tomada: reconstruir esse patrimônio. O presente artigo analisa o caso do Hotel Pilão, buscando compreender o contexto de sua reconstrução em 2006. Para tanto, aborda-se temáticas subjetivas e controversas, mas inerentes a essa discussão: a gestão do patrimônio, a identidade e a autenticidade.

**Palavras-chave:** Patrimônio, reconstrução, autenticidade

---

<sup>7</sup>Mestranda em Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo (USP), especialista em Planejamento Ambiental Urbano (PUC-MG) e bacharel em Planejamento Integrado do Turismo (UFMG).

## **Centros Coloniais, Patrimônio histórico e Autenticidade:**

### **Análise da reconstrução do Casarão do Hotel Pilão – Ouro Preto MG**

Profa. Esp. Mariana Madureira

#### **Abstract:**

In 2003 a fire left an urban gap in one of the main colonial centers of Brazil, Tiradentes Square in Ouro Preto. A polemic decision was taken: to rebuild this heritage. This article examines the case of Hotel Pilão, seeking to understand the context of its reconstruction in 2006. In order to approach this subject, we discuss issues which are subjective and controversial, but inherent to this discussion: the management of heritage, identity and authenticity.

**Key-words:** Heritage, reconstruction, authenticity

## Introdução

Em 14 de Abril de 2003 as chamas consumiram o casarão que abrigava o antigo Hotel Pilão na Praça Tiradentes em Ouro Preto. As causas do incêndio são desconhecidas. Há suposições de pane elétrica, mas também suspeitas de incêndio criminoso<sup>8</sup>.



**O INCÊNDIO** Fontes: [www.ouropreto.com.br](http://www.ouropreto.com.br) (Trópia , 2003) e Fonte: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

---

<sup>8</sup>Segundo o Jornal Hoje em dia de 16 de abril de 2003:

Há fortes suspeitas de que o fogo tenha sido criminoso. O casarão, que pegou fogo e desabou na noite de domingo, foi adquirido há cerca de seis meses pelo empresário e ex-secretário de Indústria e Comércio Omar Peres do governo Itamar Franco. A idéia, segundo o empresário, que recebeu as chaves há 30 dias, era restaurar o casarão e transformá-lo em um hotel cinco estrelas. Ele fez o seguro do imóvel, cujo valor do prêmio foi de R\$ 1 milhão, há apenas dois meses. (...) Segundo o empresário, que prefere não divulgar o valor da transação, o imóvel estava segurado. "O seguro, naturalmente, não cobre o prejuízo, mas valores no momento de uma perda irrecuperável não têm importância", avalia. Segundo o empresário, os três inquilinos que tinham contratos de locação em vigor no casarão já haviam sido notificados judicialmente de que deveriam deixar o imóvel.

Segundo o Jornal Estado de São Paulo, o proprietário recebeu do seguro aproximadamente o valor que gastou para adquirir o imóvel e não precisou cumprir o Termo de Ajuste de Conduta que teve de enviar ao Presidente Lula, prometendo nova fachada até Abril de 2004, pois no final do ano de 2003 vendeu o terreno para a FIEMIG por um valor que não foi divulgado.

Segundo o Jornal Cotidiano, “a rede de hidrantes da cidade foi insuficiente para controlar o incêndio. Carros-pipa de empresas privadas foram chamados para ajudar a debelar as chamas”.

O corpo de bombeiros de Belo Horizonte, Mariana e Itabirito também foram acionados para combater o fogo do casarão e outros pequenos focos que começaram a se espalhar. O alastramento do fogo foi evitado, mas o casarão foi completamente arruinado<sup>9</sup>.



OS ESCOMBROS Fontes: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI101220-EI306,00.html> e [www.spagnolo.arq.br](http://www.spagnolo.arq.br)

O incidente ocorreu poucos dias após a visita de Esteban Prieto Vicioso, arquiteto do International Council of Monuments and Sites (ICOMOS). O objetivo da visita era avaliar tecnicamente as condições de salvaguarda do patrimônio e produzir um relatório sobre o mesmo, endereçado ao Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO em Paris.

<sup>9</sup>Segundo a Assessoria de Comunicação da Câmara dos Deputados de Ouro Preto:

A inexistência de uma estrutura eficiente para o combate a incêndios foi a principal causa do desastre. No dia 20 de abril de 2006 a Câmara Municipal de Ouro Preto promoveu uma audiência pública para discutir o que foi feito para melhorar as condições de combate e de prevenção a incêndios na cidade. (...) O projeto da rede de hidrantes é uma iniciativa da Prefeitura Municipal que pretende sanar uma das deficiências que impediram a contenção do fogo em 2003. “Uma medida importantíssima foi tomada pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, que aprovou a Instrução Técnica 35. Este dispositivo estabelece normas de segurança contra incêndios para os projetos de construções em cidades históricas e é pioneiro no Brasil” explicou Claret de Gouveia, professor da UFOP.

Segundo o Jornal Folha de São Paulo, “a destruição do casarão foi o ápice de um processo– denunciado na época pelo Iphan – de deterioração do acervo histórico da primeira cidadebrasileira a ser declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO”. O acontecimento chamou atenção para falhas antigas de gestão do patrimônio histórico que passaram despercebidas por anos, até que uma perda grande as colocou em evidência.

O jornalista Eduardo Kattah (Jornal Estado de São Paulo) colheu o depoimento do farmacêutico Rone Fortes, de 75 anos, ex-proprietário do Hotel Pilão: “Foi muita tristeza. Por mais de 40 anos nossa família se dedicou ao hotel. Era um prédio velho e a gente tinha de ter muito cuidado.” A reportagem conta ainda que vários ouro-pretanos, em manifestação de luto, estenderam panos pretos nas janelas de suas casas na manhã seguinte. Kattah descreveu o sentimento: “A imagem do imóvel histórico consumido pelo fogo abriu uma ferida na praça que mais representa o passado colonial mineiro”.

Após a limpeza do local, o vazio deixado pelo casarão que ruiu incomodava profundamente os moradores e turistas já habituados à imagem do conjunto. Um tapume pintado reproduzindo a imagem do antigo hotel ajudou a amenizar o sentimento geral de perda e descontentamento durante os três anos em que a lacuna urbana persistiu.



**VAZIO DEIXADO PELO CASARÃO** (Foto: Gabrielle Cifelli)

**TAPUME PINTADO – tentativa de diminuir o desconforto** (Foto: Labybe Maria)

O Hotel Pilão funcionava no andar superior do casarão enquanto no piso, alugado, funcionavam cinco estabelecimentos comerciais: loja de pedras preciosas e jóias, loja de móveis, loja de artesanato, farmácia e café-internet.

Segundo a Gerência de Imprensa da FIEMIG, as primeiras referências encontradas sobre imóveis no lote onde se encontrava o casarão datam de 1812. Originalmente havia três casas no terreno. Elas pertenciam ao padre Joaquim Viegas de Menezes, que estudou filosofia em Coimbra e fundou a primeira tipografia do estado (1807), sendo considerado, por esse feito, o Pai da Imprensa Mineira. O casarão foi herdado por seus filhos adotivos. “Há indícios de que, em 1868, no local das três casas, existiam apenas duas e, em 1894, uma única residência”, informou a reportagem da FIEMIG, elucidando que o hotel pode ser uma edificação do século XVIII, reestruturada no século XIX. Essa constatação é confirmada pela estrutura da construção remanescente do incêndio: colunas de tijolos e vigas de ferro ao invés das de madeira utilizadas nas antigas construções. As escavações recentes revelaram também estruturas de fundações em alvenaria de pedra dos séculos XVIII e XIX.

Mas como proceder depois que o patrimônio já não existe mais? Como cessar o incômodo persistente da ausência? Em Ouro Preto optou-se pela reconstrução.

A idéia de reconstruir um patrimônio perdido provoca uma discussão em torno da legitimidade deste patrimônio, principalmente no que diz respeito à sua autenticidade. A carta de Cracóvia (2000) nos apresenta com uma das definições mais atuais, caracterizando a autenticidade de um monumento “a soma de suas características substanciais, historicamente

acertadas, da implantação original até a situação atual, como resultado das várias transformações sucessivas no curso do tempo”. Mas essa não é uma definição unânime e irrefutável.

No final do século XIX e início do século XX, os teóricos italianos Boito e Giovanonni colocaram a mínima intervenção e o combate aos falsos como máximas do restauro.

Enquanto a nossa suprema sabedoria consiste em compreender e reproduzir minuciosamente todo o passado da arte, e essa recente virtude nos torna maravilhosamente adaptados para completar as obras de todos os séculos passados as quais nos chegam mutiladas, alteradas ou arruinadas, a única coisa sábia, que salvo casos raros, nos resta fazer é esta: 29tívi-las em paz ou, quando oportuno, libertá-las das mais ou menos velhas e mais ou menos más restaurações. (BOITO, 2002:37)

Para Hennig (2007:99) “o valor histórico é relativo à materialidade do bem, à sua passagem pelo tempo, impossíveis de serem emulados – não existe no objeto réplica o *valor de antiguidade* de Riegl, ou a *reverência* de Ruskin. Trata-se apenas da emulação de estilos, objetos e estruturas ‘à moda antiga’, as quais, em sua aparência fresca não convencem e não se equiparam aos objetos originais”. Já a posição de Choay em relação à reconstrução é categórica. A autora afirma que “toda reconstrução é por definição condenada à inautenticidade, pois ela não pode se apropriar do estado civil daquilo que ela reproduz: cópia, interpretação ou invocação, ela pode somente dar a conhecer ou autenticar seu estatuto de falso, de réplica ou de lembrete.” (CHOAY, 2001:105)

As reconstruções, como nos alerta Choay, não são um fenômeno recente, podendo ser identificadas já no ano de 900. A Carta de Atenas de 1931, seguindo as idéias de Giovanonni, apoiava o abandono às reconstituições integrais e o incentivo à conservação com mínima intervenção. Em pouco tempo, todavia, essa visão teve que ser revista. Como coloca Luso (2004):

Uma outra fase na história do restauro é marcada pela II Guerra Mundial que afectou a Europa no século XX. A guerra deixou arrasadas muitas cidades e consequentemente grande parte das construções existentes, algumas completamente arruinadas e outras com marcas de destruição profundas, provocadas pelos incêndios e pelos efeitos bélicos. Perante a desastrosa destruição de monumentos históricos com valor artístico e cultural, surgiu a necessidade de inovar em relação à conservação com intervenção mínima dos princípios da Carta de Atenas.



**Praça do Castelo em Varsóvia depois da Guerra e depois da reconstrução** (Fonte: Luso 2004)

Jokilehto (1985 *apud* HENNIG, 2007) nos mostra que mesmo nos casos de reconstruções pós-guerra, cada caso é um caso. O autor aponta como exemplo uma pequena cidade da Noruega que teve parte dos imóveis históricos reconstruídos e, posteriormente, ignorados pela UNESCO, que os excluiu da área determinada como patrimônio mundial. Outro tratamento foi dado a Varsóvia, caso em que a UNESCO considerou as reconstruções como patrimônio válido. O julgamento levou em conta o fato que, especificamente nessa cidade, 85% do patrimônio foi destruído pela guerra e que, além de um profissionalismo exemplar e fidelidade na reconstrução dos imóveis, houve como determinante o fato de que eles voltaram a exercer o papel que tinham na sociedade antes da guerra, carregando consigo toda uma apropriação e uma memória pré-guerra enriquecida com o episódio de sua destruição e reconstrução para a cidade.

A reconstrução também pode ser vista como uma forma de preservação através da manutenção do *savoir-faire*, das técnicas construtivas/modos de fazer. Para a cultura japonesa, por exemplo, a preservação da técnica é mais importante que o patrimônio material em si. Contrastando este paradigma com o ocidental, percebe-se que entre as duas culturas “uma se desinteressa totalmente dos materiais e se preocupa somente com a sobrevivência da forma exata. A outra esquece a forma e ‘santifica’ o material, convertido em relíquia, mesmo desprovido da lembrança de sua forma original.”(LEMAIRE, 1994:05)

Nesse aspecto se encontra a complexidade da autenticidade: seu fundamento. O termo “autenticidade” exprime uma idéia de “verdade”, mas essa verdade pode se referir tanto ao material original, quanto à manutenção da imagem, do significado, da essência artística ou precisão histórica. O primeiro passo para identificação de uma obra como autêntica ou não, é o conhecimento do significado desta palavra dentro da cultura, da época e do contexto da análise.



OBRAS (Fonte: [www.ouopreto-ourtoworld.jor.br](http://www.ouopreto-ourtoworld.jor.br))

Analisando a intervenção realizada em Ouro Preto, percebe-se que houve uma preocupação em executar uma obra de fachada idêntica, com o interior, no entanto, completamente modificado. O novo exemplar foi inaugurado em 2006, na comemoração da Inconfidência Mineira – 21 de Abril. A réplica do antigo Hotel Pilão tem um novo uso: Centro de Atendimento ao Turista e Posto da Estrada Real. A maior parte da verba veio da FIEMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais), mantenedora do Instituto Estrada Real, e o investimento total foi de 4,5 milhões de reais.



**DESENHO DO NOVO CENTRO** (Fonte: [www.agenciaminas.com.br](http://www.agenciaminas.com.br))

**NOVO EDIFÍCIO** (Fonte: [www.estradareal.org.br](http://www.estradareal.org.br))

O Centro cultural tem três andares (sendo um deles o subsolo), espaço para exposições e concertos com capacidade para 600 pessoas, café, livraria, sanitários e o centro de referência da Estrada Real, além de uma sala de reuniões reservada para encontros técnicos e políticos.

O arquiteto responsável pelo projeto e execução da obra foi Fernando de Oliveira Graça. Em entrevista para a FIEMG, ele aclarou sua inspiração: “o ontem e o hoje. O passado e o contemporâneo. É esta a concepção”. O arquiteto informou que a obra segue todas as

normas exigidas pelos órgãos de proteção do patrimônio, e acrescentou: “Mantivemos a harmonia da praça, com a reconstrução exata da área externa e intervenções nas áreas internas, a partir da necessidade de funcionalidade”. O projeto usou como materiais base pedra, estruturas metálicas e vidro.

Não restou quase nada do material original. O arquiteto Fernando Graça afirmou que sempre que possível foram usadas grades e peças de metal que sobreviveram ao incêndio. A única parede que havia resistido ao incêndio compunha a fachada lateral e desabou durante as obras. O fato mereceu atenção especial do ministério público que investiga se houve negligência por parte da equipe que trabalhava nas obras.

No interior foram mantidas e expostas ao público as fundações de 1812, das três casas originais. Esses resquícios foram encontrados por arqueólogos que fizeram estudos no terreno por exigência do IPHAN e do Ministério Público.



**INTERIOR DO NOVO CASARÃO** (Fotos: Roney Ribeiro)

Em relação ao uso do edifício, a Carta de Atenas indica como “importante a reutilização do edifício, mantendo o seu uso original ou o uso funcionalmente mais adequado, de modo a respeitar o carácter histórico e artístico, garantindo a sua continuidade futura”.

O uso escolhido para o novo casarão reforça o carácter que a cidade assumiu nas últimas décadas: pólo turístico. A definição de Ouro Preto como centro do mega-projeto Estrada Real intensifica esse processo. A complexidade da intervenção de restauro se torna maior, uma vez que existe o risco de “censuração” e de reconstituição de um patrimônio para fins meramente mercadológicos. Em Ouro Preto esse fator é amenizado pela participação ativa de muitos moradores tradicionais nas questões do patrimônio.

Para Cesare Brandi (2004) o restauro “deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico”.

Em relação à autenticidade do bem patrimonial em questão, podemos afirmar, de acordo com os critérios brandianos<sup>10</sup>, que não se trata de um falso, visto que, não há intenção de induzir o observador ao erro. Isso fica explicitado na exposição interna que exalta as partes antigas preservadas, contrastando-as com os demais espaços predominantemente modernos.

Brandi critica as reconstruções apenas nos casos de obra de arte, por seu valor único irreproduzível. No caso do casarão ouro-pretano, tipicamente colonial sem grandes adereços

---

<sup>10</sup>Para Brandi (2004:114) a falsidade, que seria o oposto da autenticidade, está no juízo. Nada é autêntico ou falso em si, essas características não são inerentes, mas atribuídas. E essa atribuição pode se basear em diferentes juízos. Brandi distingue cópia, imitação e falso. Uma cópia seria a “produção de um objeto semelhante a, ou reproduzindo, um outro objeto; ou, ainda, no modo e no estilo de um determinado período histórico ou determinada personalidade artística, para nenhum outro fim a não ser uma documentação do objeto ou o prazer que dele se quer extrair”. Uma imitação seria a “produção de um objeto como referido acima, mas com o intento específico de levar outros a enganar a respeito da época, da consistência material do autor”. Por último, o falso se referiria a “imissão no comércio ou, de qualquer outro modo, difusão do objeto, mesmo que não tenha sido feito com a intenção de levar a enganar, como uma obra autêntica, de época, ou de matéria, ou de fabricação, ou de autores diversos daqueles que dizem respeito ao objeto em si”.

ou características formais que o deferisse dos demais, seu valor era muito mais forte como componente de um conjunto urbano harmônico que como obra em si.

Para Gallo (2006:104) “poderíamos dizer que um bem é autêntico quando há correspondência entre o objeto material e seu significado, que é a mensagem cultural que esse bem expressa”. Nesse sentido, a reconstrução restitui à população o prazer de usufruir do panorama completo, a materialidade do que já é conhecido e possui um significado enraizado. Como colocou o arquiteto Moreno-Navarro (*apud* GALLO 2006:112),

Se entendermos o monumento como a soma de valores de caráter documental, arquitetônico e significativo, a autenticidade não deve referir-se tanto à sua materialidade quanto a esses valores, ou não deve operar tanto em função da matéria em si, quanto da sua importância na definição daqueles valores.

Gallo (2006:108) nos coloca também que “o patrimônio cultural tem uma forte ligação com a identidade de uma comunidade: a memória é ferramenta que nos capacita para enfrentar o futuro e a realidade da vida social com suas instabilidades e desafios”. O jornal eletrônico *Etur*<sup>11</sup> ouviu o depoimento de um taxista da praça Tiradentes que afirmou que a reconstrução aliviou a todos, declarando que “era terrível olhar para esse buraco, pois a gente sempre se lembrava do fogo. Agora estamos mais tranquilos”. Carsalade (2003:218) elucida a importância dos edifícios para a formação de um imaginário coletivo ou social<sup>12</sup>:

Face ao seu caráter de participantes cotidianos da vida das pessoas, os elementos do patrimônio talvez sejam, ao lado da música popular, os bens mais disponíveis à fruição da população. São os ícones que personalizam as cidades, são os pontos referenciais no percurso do dia a dia. São, portanto, importantes vetores de coesão social, de orientação

<sup>11</sup>Disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=10361>

<sup>12</sup>Imaginário coletivo ou social segundo Dênis de Moraes, é “composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano”.

e identidade, sem os quais a estabilidade psíquica e os valores existenciais de cada um não seriam exercidos.

Podemos afirmar que a reconstrução do casarão foi importante para manutenção de um sentimento de identificação dos cidadãos com o lugar. Nesse sentido podemos afirmar que a intervenção de restauro realizada no caso do Hotel Pilão foi legítima. E talvez isso seja autenticidade.

### **Considerações Finais:**

O tema “reconstrução” é espinhoso, pois envolve expectativas, afeições, preferências estéticas, gestão urbana, economia, interesses pessoais e coletivos, além de um universo de contradições ideológicas presentes nas questões de gestão do patrimônio, identidade e autenticidade.

A reconstrução do Casarão do Hotel Pilão teve como agravantes a importância da Praça Tiradentes – no coração de um ícone da história colonial brasileira, o então corrente inquérito da UNESCO em torno da conformidade da gestão do patrimônio no município, as suspeitas de um incêndio criminoso – envolvendo um seguro milionário, e a multiplicidade de atores interessados pelo processo: técnicos, políticos, moradores, turistas, investidores, entre outros.

No caso de Ouro Preto optou-se pela forma, em detrimento da matéria. Em oposição a um preservacionismo estritamente ruskiano, prevaleceram os sutis princípios brandianos de reprodução sem falsos artísticos (indução ao erro) e preenchimento de lacunas – que é, afinal, o que representa um casarão quando a obra de arte em si é o conjunto paisagístico.

A polêmica decisão não restituiu a Ouro Preto o casarão perdido, nem tampouco aliviou a situação de descrédito junto à UNESCO, mas amenizou o sentimento de perda e satisfaz os

olhares que buscam na referida paisagem uma identificação com o lugar e suas origens (pessoais ou coletivas), ou simplesmente uma fugaz – e nem por isso desmerecida – satisfação estética.

## Referências Bibliográficas

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. [I restauratori: Conferenza Tenuta alla Esposizione di Torino il 7 giugno 1884 – Tradução Beatriz e Paulo Mugayar Kühn]. Ateliê editorial. São Paulo, 2002

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restuarção**. São Paulo, Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004

CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Audiência discute medidas de prevenção e combate a incêndio. Publicado em 20/04/2006. Disponível em [www.cmop.mg.gov.br/site/aparece\\_noticia.php?cod=357](http://www.cmop.mg.gov.br/site/aparece_noticia.php?cod=357)

CARSALADE, Flávio. Itinerário dos órgãos estaduais de preservação do patrimônio histórico: o caso do IEPHA – MG. IN: CASTRIOTA, Leonardo (org). **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Arte: Belo Horizonte, 2003.

CARTA DE ATENAS. 1931. Disponível em:

[www.prorestauro.com/index.php?option=37tividad&task=view&id=30&Itemid=54](http://www.prorestauro.com/index.php?option=37tividad&task=view&id=30&Itemid=54)

CARTA DE CRACÓVIA. 2000 Disponível em:

[www.prorestauro.com/index.php?option=37tividad&task=view&id=30&Itemid=54](http://www.prorestauro.com/index.php?option=37tividad&task=view&id=30&Itemid=54)

CARTA DE VENEZA. 1964. Disponível em:

[www.prorestauro.com/index.php?option=37tividad&task=view&id=30&Itemid=54](http://www.prorestauro.com/index.php?option=37tividad&task=view&id=30&Itemid=54)

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001

LEMAIRE, Raymond. **Autenticidade e Patrimônio Monumental**. Restauro, Napoli, 1994. N.129. PP 7-24.  
Tradução: Beatriz MugayarKühl.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo; ALMEIDA, Manuela. **Breve história da teoria da conservação e do restauro.** Revista Engenharia Civil UM. Número 20. Portugal 2004.

GALLO, Haroldo. Arqueologia, Arquitetura e Cidade: a preservação entre a identidade e a autenticidade. P 92-116. IN: MORI, Victor (org). **Patrimônio: atualizando o debate.** São Paulo: IPHAN, 2006

FIEMIG, Gerência de Imprensa. Sistema **FIEMG inaugura Centro Cultural e Turístico em Ouro Preto.** Publicado em 21/04/2006. Disponível em [www.estradaeal.org.br/38tivid/index.asp?pagina=110&38tivid=1216](http://www.estradaeal.org.br/38tivid/index.asp?pagina=110&38tivid=1216)

HENNIG, Priscila. **Memória, Preservação, Autenticidade:** a colônia alemã-bucovina no Paraná. Dissertação de mestrado defendida na FAU-USP em 2007.

JORNAL COTIDIANO ONLINE. **Minas recupera fachada de antigo hotel incendiado.** Publicado em 11/04/2006. Disponível em: [http://jc.uol.com.br/2006/04/11/not\\_110142.php](http://jc.uol.com.br/2006/04/11/not_110142.php)

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. **Casarão Queimado vira Pólo cultural.** Caderno Metrópole. 20/04/2006. Disponível em: [www.estado.com.br/editorias/2006/04/20/cid96562.xml](http://www.estado.com.br/editorias/2006/04/20/cid96562.xml)

JORNAL HOJE EM DIA **Polícia Federal apura incêndio em casarão em Minas.** 16/04/2003. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI101220-EI306,00.html>

MORAES, Dênis de. **Notas sobre o imaginário social e a hegemonia cultural.** Disponível em: <http://www.artnet.com.br/38tivida/arquiv44.htm>